

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Actos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 10/2011

Disponibilização: 23 de Maio de 2011

Período abrangido: 09 a 20 de Maio de 2011

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÀRIA**
- **FLORESTAS**
- **PESCAS**
- **SEGURANÇA ALIMENTAR**

4. CONSUMIDORES

5. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

6. EDUCAÇÃO

7. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

8. ENERGIA

9. FINANÇAS

- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

10. INCENTIVO AO INVESTIMENTO

11. JUSTIÇA

- **REGISTOS**

12. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

13. PARTIDOS POLÍTICOS

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

15. SAÚDE

16. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

1. ACTIVIDADE PARLAMENTAR

[LEI n.º 23/2011, de 20 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Aprova o Estatuto dos Funcionários Parlamentares.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[LEI n.º 20/2011, de 20 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Cria o registo nacional dos serviços do Estado de todo o sector público administrativo.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

[PORTARIA n.º 192/2011, de 12 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Altera o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.1, «Modernização e Capacitação das Empresas», da Medida n.º 1.1, «Inovação e Desenvolvimento Empresarial», Integrada no Subprograma n.º 1, «Promoção da Competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, PRODER, aprovado pela Portaria n.º 289-A/2008, de 11 de Abril.

• AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA

[ACÓRDÃO n.º 6/2011, de 17 de Maio](#)

(SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA)

Fixa a seguinte jurisprudência: os terrenos integrados, seja em Reserva Agrícola Nacional (RAN), seja em Reserva Ecológica Nacional (REN), por força do regime legal a que estão sujeitos, não podem ser classificados como «solo apto para construção», nos termos do artigo 25.º, n.os 1, alínea a), e 2, do Código das Expropriações, aprovado pelo artigo 1.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, ainda que preencham os requisitos previstos naquele n.º 2.

• FLORESTAS

[DECRETO-LEI n.º 65/2011, de 16 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estende às zonas de intervenção florestal o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio.

- **PESCAS**

[PORTARIA n.º 189/2011, de 10 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Altera (nona alteração) a Portaria n.º 1102-E/2000, de 22 de Novembro, que aprova o Regulamento da Pesca por Arte de Arrasto.

[PORTARIA n.º 195/2011, de 17 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Cessaçãõ Temporária das Actividades de Pesca de Pescada Branca do Sul e do Lagostim.

[DESPACHO n.º 7083/2011, de 20 de Maio](#)

(MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Fixa o número máximo de licenças para a pesca comercial apeada, na modalidade de pesca à linha, no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

- **SEGURANÇA ALIMENTAR**

[DECRETO-LEI n.º 64/2011, de 09 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Altera os critérios de pureza específicos dos aditivos alimentares, transpõe as Directivas n.os 2010/69/UE, da Comissão, de 22 de Outubro, e 2010/67/UE, da Comissão, de 20 de Outubro, e procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 365/98, de 21 de Novembro, e à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 121/98, de 8 de Maio.

4. CONSUMIDORES

[DECRETO-LEI n.º 63/2011, de 09 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece as medidas de informação a prestar ao utilizador final através de etiquetagem e outras indicações sobre o consumo de energia, transpondo a Directiva n.º 2010/30/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Maio.

5. DEFESA/FORÇAS ARMADAS

[DECRETO-LEI n.º 62/2011, de 09 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL)

Estabelece os procedimentos de identificação e de protecção das infra-estruturas essenciais para a saúde, a segurança e o bem-estar económico e social da sociedade nos sectores da energia e transportes e transpõe a Directiva n.º 2008/114/CE, do Conselho, de 8 de Dezembro.

6. EDUCAÇÃO

[ACÓRDÃO n.º 214/2011, de 16 de Maio](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas constantes dos artigos 1.º e 3.º do Decreto n.º 84/XI da Assembleia da República (suspensão do actual modelo de avaliação do desempenho de docentes). Pronuncia-se pela inconstitucionalidade consequential das restantes normas do mesmo Decreto n.º 84/XI da Assembleia da República.

7. EMPRESAS

• EMPRESAS PÚBLICAS

[LEI n.º 20/2011, de 20 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Cria o registo nacional dos serviços do Estado de todo o sector público administrativo.

8. ENERGIA

[DECRETO-LEI n.º 63/2011, de 09 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece as medidas de informação a prestar ao utilizador final através de etiquetagem e outras indicações sobre o consumo de energia, transpondo a Directiva n.º 2010/30/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Maio.

[DESPACHO n.º 7094/2011, de 10 de Maio](#)

(ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS)

Procede a alterações às condições gerais que devem integrar os contratos de fornecimento de gás natural entre o comercializador de último recurso grossista e os comercializadores de último recurso retalhistas, aprovadas através do Despacho n.º 9178/2008, de 28 de Março.

9. FINANÇAS

• BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS

[AVISO n.º 2/2011, de 10 de Maio](#)

(BANCO DE PORTUGAL)

Estabelece o tratamento a aplicar, para efeitos de requisitos de fundos próprios, às posições não pertencentes à carteira de negociação cobertas por derivados de crédito. Altera o ponto

4 da parte 2 do anexo v ao aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007, de 27 de Abril, adaptando-o às disposições da Directiva n.º 20 09/111/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro.

[AVISO n.º 3/2011, de 17 de Maio](#)

(BANCO DE PORTUGAL)

Determina o cumprimento de um rácio core tier 1 mínimo de 9 %, até 31 de Dezembro de 2011, e de 10 %, até 31 de Dezembro de 2012, pelos grupos bancários sujeitos à supervisão em base consolidada pelo Banco de Portugal e pelas instituições, não incluídas em tais grupos, que tenham sede em Portugal e estejam habilitadas a captar depósitos.

[LEI n.º 19/2011, de 20 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de Março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários.

• **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

[DECRETO-LEI n.º 65-A/2011, de 17 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Desenvolve e reforça deveres de prestação de informação financeira necessários ao controlo da execução orçamental.

[LEI n.º 22/2011, de 20 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Altera (quinta alteração) a Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto (lei de enquadramento orçamental).

10. INCENTIVO AO INVESTIMENTO

[PORTARIA n.º 192/2011, de 12 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Altera o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.1, «Modernização e Capacitação das Empresas», da Medida n.º 1.1, «Inovação e Desenvolvimento Empresarial», Integrada no Subprograma n.º 1, «Promoção da Competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, PRODOR, aprovado pela Portaria n.º 289-A/2008, de 11 de Abril.

11. JUSTIÇA

[DESPACHO n.º 7108/2011, de 11 de Maio](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Estabelece os critérios de atribuição do estatuto de vítima.

[PORTARIA n.º 201/2011, de 20 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Altera (segunda alteração) Portaria n.º 331-B/2009 de 30 de Março, que regulamenta vários aspectos das acções executivas cíveis.

[PORTARIA n.º 203/2011, de 20 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Define quais os sistemas de mediação pré-judicial cuja utilização suspende os prazos de caducidade e prescrição dos direitos e procede à regulamentação do seu regime e os sistemas de mediação judicial que suspendem a instância.

- **REGISTOS**

[PORTARIA n.º 200/2011, de 20 de Maio](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA JUSTIÇA)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de Abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades.

[PORTARIA n.º 202/2011, de 20 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Regulamenta os momentos e os modos de pagamento de remunerações dos serviços prestados por instituições de acordo com o disposto nos artigos 833.º-A e 861.º-A do Código de Processo Civil e a forma de cobrança de distribuição da receita e o modo e forma de pagamento anual da receita devida às instituições gestoras de bases de dados referidas no n.º 12 do artigo 17.º do Regulamento das Custas Processuais, bem como os demais aspectos de gestão do sistema.

12. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

[DECRETO-LEI n.º 65/2011, de 16 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estende às zonas de intervenção florestal o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio.

[ACÓRDÃO n.º 6/2011, de 17 de Maio](#)

(SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA)

Fixa a seguinte jurisprudência: os terrenos integrados, seja em Reserva Agrícola Nacional (RAN), seja em Reserva Ecológica Nacional (REN), por força do regime legal a que estão sujeitos, não podem ser classificados como «solo apto para construção», nos termos do artigo 25.º, n.os 1, alínea a), e 2, do Código das Expropriações, aprovado pelo artigo 1.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, ainda que preencham os requisitos previstos naquele n.º 2.

13. PARTIDOS POLÍTICOS

[ACÓRDÃO n.º 498/2010, de 13 de Maio](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Pronuncia-se sobre a legalidade e regularidade das contas de partidos políticos relativas ao ano de 2007. (Processo nº 15/CPP)

[DESPACHO n.º 7281/2011, 13 de Maio](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Publica as contas dos partidos políticos, relativas ao ano de 2007, com discriminação de receitas e despesas.

14. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

[DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL n.º 3/2011/M, de 18 de Maio](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA)

Executa o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2011.

[LEI n.º 21/2011, de 20 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 66/2008, de 9 de Abril, que «regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos residentes e estudantes, no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira» de forma a estender o subsídio social de mobilidade aos serviços marítimos.

15. SAÚDE

[PORTARIA n.º 193/2011, de 13 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Regula o procedimento de pagamento da comparticipação do Estado no preço de venda ao público dos medicamentos dispensados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde que não estejam abrangidos por nenhum subsistema ou que beneficiem de comparticipação em regime de complementaridade.

[PORTARIA n.º 198/2011, de 18 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição electrónica de medicamentos.

16. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

[LEI n.º 18/2011, de 13 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Cria o regime jurídico da declaração de conformidade do motociclo histórico.